

Porto Feliz, 03 de novembro de 2025.

Ofício nº 320/2025 - GP

Sra. Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência para apreciação e posterior deliberação dessa Casa, o SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 41/2025 que INSTITUI O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ.

O substitutivo tem por finalidade a adequação da data de vigência do programa para o exercício de 2026, conforme previsão orçamentária na LOA 2026 e PPA 2026-2029.

A presente iniciativa tem por finalidade regulamentar a transferência de recursos financeiros diretamente às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, possibilitando a manutenção, pequenos reparos e investimentos em infraestrutura física e pedagógica, reforçando a autonomia administrativa e financeira das escolas e incentivando a participação da comunidade escolar.

O Programa Dinheiro Direto na Escola Municipal de Porto Feliz, além de fortalecer a autogestão das unidades educacionais, contribuirá para a melhoria da qualidade do ensino e para o alcance de melhores índices de desempenho da educação básica em nosso Município

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição aos esclarecimentos julgados necessários.

Atenciosamente,

Celso Peixoto dos Santos
Prefeito Municipal

Exma. Sra.
Roselene Maria de Souza dos Santos
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
Nesta

GABINETE DO PREFEITO

Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz/SP
Tel. (15) 3261-9009 – www.portofeliz.sp.gov.br

SUBSTITUTIVO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 41/2025

INSTITUI O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE PORTO FELIZ

Art. 1º Fica instituído o Programa Dinheiro Direto na Escola Municipal de Porto Feliz, que consiste nos critérios para transferência e/ou repasse de recursos para manutenção e investimento nas escolas municipais, diretamente para as unidades do Município, nos termos do inciso VI, do artigo 206, da Constituição Federal, e dos artigos 14 e 15 da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Parágrafo único. O Programa Dinheiro Direto na Escola Municipal de Porto Feliz visa a liberação de recursos financeiros para auxiliar na manutenção, pequenos reparos e melhorias na infraestrutura física e pedagógica escolar, reforçar a autogestão nos planos financeiros, administrativo e didático, fortalecendo a participação da comunidade escolar, bem como contribuir para a elevação dos índices de desempenho da educação municipal em cada unidade de ensino.

Art. 2º O repasse de recursos será efetuado pela Prefeitura Municipal de Porto Feliz à Unidade Executora de cada Escola, desde que regularmente constituída, com inscrição ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 3º O valor do repasse será definido pelo Poder Executivo através de Decreto e, será composto de um valor fixo e um valor variável por aluno o qual terá como base de cálculo o número de alunos matriculados na unidade com base na Secretaria Escolar Digital.

Parágrafo único. O repasse financeiro disposto no caput deste artigo fica condicionado à disponibilidade de recursos financeiros à Secretaria Municipal de Educação, observada ainda a prioridade de investimentos e aplicação a serem definidos pelo referido órgão de gestão e o valor previsto em orçamento.

Art. 4º Para habilitar-se a receber os recursos dos programas, as Unidades Escolares devem atender as seguintes condições:

I – ser Unidade Escolar da Rede Municipal de Educação e aderir ao Programa Dinheiro Direto na Escola Municipal de Porto Feliz, até 28 de fevereiro de cada exercício, por intermédio de pedido direcionado à Secretaria Municipal de Educação.

II - possuir Unidade Executora regularmente constituída, com inscrição ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

III - possuir conta bancária específica e exclusiva para a movimentação dos recursos do programa no banco do Brasil.

IV - não apresentar pendências com prestação de contas de recursos recebidos em exercício anteriores.

Art. 5º A prestação de contas é obrigatória e deverá ser apresentada no segundo semestre, até dia 30 de novembro de cada ano.

§1º A prestação de contas deverá ser encaminhada a Secretaria Municipal de Educação, acompanhadas dos recibos de pagamentos, notas fiscais de bens adquiridos, três orçamentos, cópia das atas e demais documentos necessários à comprovação da destinação dos recursos recebidos.

§2º Eventuais saldos financeiros dos recursos, disponíveis em conta até o dia 20 de novembro, deverão ser devolvidos até o dia 30 de novembro, com juros e correções.

GABINETE DO PREFEITO

**Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz/SP
Tel. (15) 3261-9009 – www.portofeliz.sp.gov.br**

§3º A não apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido implicará na suspensão temporária de repasse dos recursos do Programa.

§4º Havendo pendências, irregularidades com a prestação de contas ou a sua não apresentação, será a Unidade Executora imediatamente comunicada para solucioná-la no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomou ciência da notificação.

§5º A Unidade Escolar deverá entregar, ao final de cada semestre, um relatório contendo os gastos e o saldo da conta.

Art. 6º O repasse às Unidades Executoras das Escolas poderá ser suspenso quando:

- I - omissão na prestação de contas, conforme definido na regulamentação do Programa;
- II - a prestação de contas for rejeitada;
- III - utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Programa, conforme constatado por análise documental ou de auditoria.
- IV - inadimplência;
- V - irregularidade fiscal, de constituição e/ou de funcionamento da entidade.

Art. 7º O plano de trabalho será definido pela Unidade Escolar, após consulta aos membros do Conselho de Escola e autorização da Unidade Executora, devidamente registrado em ata. Os recursos do Programa poderão ser aplicados para:

- I - aquisição de material de consumo/permanente necessário ao funcionamento da Unidade Educacional;
- II - na realização de pequenos reparos, e serviços necessários a manutenção e conservação da Unidade Escolar;
- III - pagamento de despesas cartorárias e contábeis.
- IV - na implementação de projetos pedagógicos; e
- V - no desenvolvimento de atividades educacionais.

Parágrafo único. A aquisição de bens permanentes com os recursos do Programa, desde que autorizado pela Administração através de Plano de Trabalho, deverão ser incorporados ao patrimônio da Prefeitura Municipal, ficando a Unidade Escolar responsável pelo seu uso, guarda e conservação.

Art. 8º É vedada a aplicação dos recursos do programa para:

- I – implementação de outras ações que estejam sendo objeto de financiamento por outros programas executados pelo Município;
- II – despesas com pessoal para exercer atividades diretamente na escola;
- III – pagamentos de multas, impostos, cobertura de despesas com tarifas bancárias, aquisição de gêneros alimentícios, medicamentos, combustível, transporte, energia elétrica e taxas de qualquer natureza;
- IV – gastos com itens pessoais para alunos.

Art. 9º O Executivo Municipal e a Secretaria de Educação expedirão normas complementares para a regulamentar a aplicação desta Lei, que deverão estabelecer:

- I – critérios para repasse de recursos, dentre os quais o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino beneficiados e os valores máximos que poderão ser repassados anualmente;
- II – condições para a efetivação dos gastos;



PREFEITURA DE
Porto Feliz
Juntos, construindo o futuro!

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

**Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz/SP
Tel. (15) 3261-9009 – www.portofeliz.sp.gov.br**

- III – datas-limite para o repasse de recursos;
- IV – procedimentos para aquisição de materiais de consumo/permanente e contratação de serviços;
- V – regras para prestação de contas;
- VI – as modalidades de despesas admitidas, inclusive investimentos de pequeno porte que contribuam para garantir o funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D307-7E75-2220-FC3D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS (CPF 369.XXX.XXX-64) em 03/11/2025 13:34:05 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/D307-7E75-2220-FC3D>

DECLARAÇÃO DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Declaro que os recursos necessários à execução do PDDE Municipal estão provisionados no Plano Plurianual 2026-2029 e no projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, os quais se encontram em fase de votação na Câmara Municipal de Porto Feliz, sob os números: PL 44/2025 e Substitutivo nº 01 ao PL 36/2025, conforme demonstrativos em anexo.

Porto Feliz, 03 de novembro de 2025.

Celio Peixoto dos Santos
Prefeito Municipal

Caroline Santana Calisto
Contadora

Prefeitura Municipal de Porto feliz

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta.....	=	688	Crédito Orçamentário	1 Ordinário
Órgão.....	=	02	PREFEITURA MUNICIPAL	
Unidade Orçamentária..	=	02.08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade Executora.....	=	02.08.02	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	
Funcional.....	=	123610007	Educação	
Projeto/Atividade.....	=	2004000	REPASSE FINANCEIRO/SUBVENCAO	
Natureza da Despesa...	=	3.3.50.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	
Fonte de Recursos.....	=	1	TESOURO	
Código de Aplicação...	=	200.0148	PDDE Municipal	

Saldos de 01/01/2026 até 01/01/2026

Dotação Inicial.....	=	200.000,00
Crédito Suplementar....	=	0,00
Redução Orcamentária....	=	0,00
Empenhado no Período....	=	0,00
Liquidado no Período....	=	0,00
Anulado no Período.....	=	0,00
Pago no Período.....	=	0,00
Empenhado até o Período.	=	0,00
Liquidado até o Período.	=	0,00
Pago até o Período.....	=	0,00
A Pagar Processado.....	=	0,00
A Pagar não Processado..	=	0,00
Total a Pagar.....	=	0,00
Saldo Bloqueado.....	=	0,00
Saldo Reservado.....	=	0,00
Saldo Disponível.....	=	200.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Out/2025, 13h e 10m.



Balancete do Saldo da Despesa

Município: Porto Feliz
Estado: São Paulo
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO
Filtros: Código de Aplicação:200.0148 - PDDE Municipal

Classificação da Despesa Orçamentária	F.R.	C.A.	C.O.	Inicial	Dotação		Reservado + Bloqueado	Empenhado		Liquidação		Pago		Saldo a Pagar
					Alteração	Atualizada		No Período	Acumulado	No Período	Acumulado	No Período	Acumulado	
					0,00	200.000,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 - PREFEITURA MUNICIPAL				200.000,00			200.000,00							0,00
02.08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				200.000,00			200.000,00							0,00
02.08.02 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO				200.000,00			200.000,00							0,00
12 - Educação				200.000,00			200.000,00							0,00
361 - Ensino Fundamental				200.000,00			200.000,00							0,00
0007 - GESTÃO DOS REC. PÚBL DA EDUCAÇÃO				200.000,00			200.000,00							0,00
2.004 - REPASSE FINANCEIRO/SUBVENCAO				200.000,00			200.000,00							0,00
(688) 3.3.50.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -P	1	200.0148		200.000,00			200.000,00							0,00
Total:				200.000,00			200.000,00							0,00





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A098-CAC2-CD11-68D8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAROLINE SANTANA CALISTO (CPF 321.XXX.XXX-98) em 03/11/2025 13:34:19 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS (CPF 369.XXX.XXX-64) em 03/11/2025 13:34:55 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/A098-CAC2-CD11-68D8>